

ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES: IMPLANTAÇÃO E ADVERSIDADES¹

Nathaly Schelbauer D'Oliveira², Mara Rúbia Sant'Anna³.

¹ Vinculado ao projeto “Escolas de Artes e Ofícios do Brasil: história, propostas formativas e continuidades na formação do Bacharelado em Design de Moda”

² Acadêmica do Curso de Moda – CEART – Bolsista PROBIC

³ Orientadora, Departamento de Moda – CEART – sant.anna.udesc@gmail.com

O presente artigo acadêmico faz parte do projeto de pesquisa interinstitucional, em andamento, “Escolas de Artes e Ofícios do Brasil: história, propostas formativas e continuidades na formação do Bacharelado em Design de Moda”, e consiste na discussão acerca da criação e o desenvolvimento das Escolas de Aprendizes Artífices (EAA), estabelecidas a partir do decreto nº 7.566 de 26 de setembro de 1909, durante o Governo de Nilo Peçanha, aplicado em todo o Brasil com o intuito de fornecer um ensino profissional primário e gratuito aos órfãos e jovens economicamente vulneráveis do território brasileiro. Especificamente foram analisadas as condições de funcionamento das Escolas de Aprendizes Artífices da capital do estado do Amazonas, de Santa Catarina, do Rio Grande do Norte e de São Paulo, durante o início do século XX, a fim de comparar o que foi vivido entre elas com todas as EAA nesta mesma época.

Para isso, foi realizado o levantamento bibliográfico através de pesquisas em artigos, dissertações, teses, anúncios de jornais, relatórios ministeriais e decretos relacionados às EAA, aliados a uma entrevista com Ana Cláudia Ribeiro de Souza, doutora em história social pela PUC-SP, autora da dissertação Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas: os caminhos de sua implantação e consolidação (1909-1942), defendida no ano de 2002.

As Escolas de Aprendizes Artífices tinham o objetivo de formar uma sociedade para o trabalho, oferecendo qualificação profissional técnica e intelectual voltada para o fazer manual, para que os jovens ‘desvalidos’ vencessem as adversidades impostas pela precariedade da vida material. Entretanto, na prática algumas questões sociais importantes foram esquecidas, sem haver registros de terem sido oferecidos auxílio às necessidades básicas para um aprendizado adequado, como o fornecimento de alimentação, saúde e transporte. Além disso, a pesquisa analisa e enfatiza algumas características e adversidades vividas pelas instituições, dentre elas a grade de horário, os problemas relativos ao espaço físico, a localização geográfica e as condições sanitárias precárias, a qualificação dos docentes, a evasão escolar, a ausência de uniformidade curricular, e a falta de maquinário e materiais didáticos adequados para o ensino de ofícios. Assim a análise centra-se numa perspectiva crítica entre a relação das EAA com a realidade da sociedade brasileira da época, as justificativas legais e autorizadas para os problemas enfrentados e as soluções implantadas.

A partir da análise crítica construída no decorrer do artigo, conclui-se que a dissintonia entre as propostas formativas, os projetos políticos educacionais e a condição socioeconômica dos estudantes teve grande significado, tendo em vista que os problemas em comum enfrentados pelas instituições de ensino de ofícios nas capitais citadas acima diziam respeito à realidade socioeconômica do público almejado pelo ensino profissionalizante instaurado no Brasil República e a visão utópica das políticas educacionais, sendo que as soluções paliativas propostas legislativamente não contornavam os problemas estruturais que os cercavam. Além disso,

conclui-se que os aprendizes não possuíam prestígio o suficiente para que seus obstáculos estudantis fossem analisados cuidadosamente pelo estado, que poderia ter encontrado melhorias mais significativas para os problemas do corpo discente. Pode-se concluir que o preconceito com o trabalho manual, construído a partir do Iluminismo Ocidental, se manifestou na falta de atenção com o aprendizado de ofícios, cuja origem se deu nos propósitos de catequização de povos considerados aquém da cultura erudita.

Logo, diante de imensas frustrações, nada mais consequente do que a elevada evasão e a baixa empregabilidade dos aprendizes, que acarretou numa avaliação rasa e preconceituosa de diferentes setores da sociedade – no passado e presente – a reafirmar o ensino profissionalizante como algo de segunda categoria no âmbito educacional e a considerar que o seu público alvo – os jovens de baixa renda – fosse composto por pessoas desprovidas de capacidade intelectual e “talentos” para uma formação profissional adequada, gerando o estigma de incompetência, merecedora de baixa remuneração ou reconhecimento social.

Portanto, a distância entre a legislação educacional e a realidade social no passado, como no presente, talvez sejam o maior entrave de uma educação de qualidade no Brasil, especialmente, quando se trata do ensino profissionalizante.

Palavras-chave: Escolas de Aprendizes Artífices. Ensino de Ofícios. Trabalho manual.